

POLÍTICAS DE TRANSIÇÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: MAPEAMENTO DE PRÁTICAS DE ADAPTAÇÃO ENTRE AS ETAPAS DE ENSINO

Tereza Lucia Costa ¹
Thiago Eduardo Freitas Bicalho ²

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo mapear as práticas de transição entre as etapas de ensino na educação básica a fim de constatar as melhores práticas presentes nas políticas públicas. Optou-se por uma abordagem qualitativa nesta pesquisa científica categorizada de forma exploratória como tipo de pesquisa. Em relação aos procedimentos, adota-se a pesquisa documental e a pesquisa empírica. Para coleta de dados, foram utilizadas as legislações educacionais a nível municipal, estadual e federal além da aplicação de um questionário a gestores educacionais. Ancorados nos estudos de política educacional, a investigação apresenta e detalha as 03 (três) transições presentes na educação básica: da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental; dos anos iniciais do ensino fundamental para os anos finais do ensino fundamental; dos anos finais do ensino fundamental para o ensino médio. Apresentam-se como resultados as dificuldades da consolidação das legislações educacionais entre os entes federados e a federação, assim como, apresenta exemplos e estratégias utilizadas nas diversas regiões do país. A análise aponta para uma carência na quantidade de leis que relatam as transições educacionais e a falta de conhecimento dos gestores escolares quanto a estas políticas. Conclui-se que as políticas de transição educacional entre as etapas da educação básica precisam se tornar evidência nas discussões legislativas para que os processos de ensino e aprendizagem sejam efetivados nos estudantes.

Palavras-chave: Educação, Legislação educacional, Transição educacional, Educação básica, Gestão.

INTRODUÇÃO

As transições entre as etapas de ensino na educação básica representam um desafio significativo tanto para os alunos quanto para os gestores e professores. Esses momentos de passagem — do ensino infantil para o fundamental e do fundamental para o médio — exigem adaptação pedagógica e psicológica por parte dos estudantes, que precisam lidar com mudanças no currículo, nos métodos de ensino e nas expectativas acadêmicas. Por isso, políticas públicas que assegurem uma transição suave e bem estruturada são

¹ Mestra em Ciências da Educação (Área de Empregabilidade) da Universidade Internacional de Lisboa - UI, terezaluciacosta@gmail.com;

² Mestre em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, contato@thiagobicalho.com.br;

essenciais para garantir a continuidade do aprendizado e a redução de problemas como evasão e repetência escolar.

Este artigo busca mapear essas práticas de transição entre as etapas de ensino na educação básica, com foco na identificação das melhores estratégias presentes nas políticas públicas educacionais. A pesquisa tem como base uma abordagem qualitativa, que visa proporcionar uma compreensão mais profunda sobre como essas transições são implementadas e quais práticas se destacam em termos de sucesso. Nesse sentido, o estudo se propõe a explorar tanto as diretrizes nacionais quanto as iniciativas locais, buscando compreender como as políticas educacionais em níveis estadual e municipal interagem com a legislação federal.

Uma das questões centrais que se coloca é a escassez de legislações específicas que tratem das transições educacionais de forma detalhada e padronizada. Embora documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresentem diretrizes gerais, observa-se que muitos gestores e educadores carecem de um entendimento mais profundo sobre como essas normas podem ser aplicadas para melhorar a transição entre as etapas. Esse desconhecimento afeta diretamente a implementação de políticas eficazes e integradas entre os diferentes níveis de ensino.

A investigação empírica realizada em uma rede municipal de ensino em Alagoas lança luz sobre a realidade concreta dessas práticas e sua conexão com as políticas nacionais. A análise dessa rede permite identificar práticas bem-sucedidas, mas também revela os desafios enfrentados pelos gestores na aplicação de estratégias de transição que respeitem tanto a legislação vigente quanto as especificidades locais. Assim, o estudo não apenas amplia o conhecimento sobre o tema, mas também oferece subsídios para que novas políticas sejam desenvolvidas, com vistas a garantir que todos os estudantes atravessem essas fases com o suporte necessário para o sucesso educacional.

METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido seguindo uma abordagem qualitativa, pois o desejo dos autores é de ampliar a compreensão sobre a forma de atuação de um grupo social, ao mapear as práticas de transição entre as etapas de ensino na educação básica a fim de constatar as melhores práticas presentes nas políticas públicas.

Para proporcionar "maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito" (Gil, 2002, p. 41) na realidade dos gestores educacionais, o objetivo desta pesquisa foi definido como caráter exploratório. Com isso, as práticas de transição educacional na educação básica são evidenciadas por exemplos nacionais e na investigação empírica de uma realidade municipal de Alagoas e poderá lançar luz para outras pesquisas sobre a temática.

A delimitação da problemática deste artigo inicia as aproximações teórico-conceituais necessárias para o contexto da pesquisa, além de situar o leitor sobre os fundamentos utilizados para as análises empíricas, auxiliam ainda no entendimento da questão e dos objetivos de pesquisa apresentados na introdução.

A pesquisa documental foi o procedimento adotado para apresentar um breve cenário das legislações a nível nacional e estadual sobre o tema central da investigação, buscando reflexões na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, no Plano Nacional de Educação - PNE e seus desdobramentos estaduais e municipais, assim como, em Resoluções do Conselho Nacional de Educação - CNE. A pesquisa teórica buscou por conceitos e abordagens sobre as políticas de transição educacional na educação básica de forma a fundamentar as práticas a nível municipal.

Em uma segunda etapa da investigação apresentada neste artigo, foi realizada uma pesquisa empírica junto a uma rede pública municipal do estado de Alagoas. A pesquisa empírica situa-se no campo das ciências da educação, tendo sua concentração nas políticas educacionais como mecanismo de identificação das práticas de transição adotadas pela rede de ensino e sua conexão com as políticas nacionais. Seguindo os preceitos de Parasuraman (1991), a abordagem desta pesquisa realiza a utilização de questionário para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto de pesquisa, sendo muito importante na pesquisa científica das ciências sociais, como forma de descobrir como funcionam as relações na educação especial.

Para a análise dos dados, foi realizada a análise crítica e descritiva das práticas municipais, em diálogo com os casos e práticas estaduais e nacionais, a fim de responder o objetivo proposto.

MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS DE TRANSIÇÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica é a etapa fundamental da educação formal, que engloba a formação do indivíduo desde a primeira infância até o término do ensino médio. Ela é um direito de todos os cidadãos brasileiros, garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo dividida em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Educação Básica tem como características a integralidade, ao considerar o desenvolvimento físico, psicológico, social e intelectual do estudante, em todas as etapas, a obrigatoriedade, a gratuidade, a diversidade, pois abrange diferentes modalidades de ensino, como educação especial, educação indígena e educação de jovens e adultos, e a qualidade do ensino, que deve ter foco no desenvolvimento de habilidades e competências, na promoção da autonomia e do protagonismo dos alunos.

A Educação Básica é fundamental para o desenvolvimento individual e social, pois garante o acesso à informação, o desenvolvimento do conhecimento e da cidadania, a inserção no mercado de trabalho e a possibilidade de ascensão social, promovendo a inclusão social e sendo a base para o desenvolvimento do país e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É crucial que essa etapa seja valorizada e aprimorada, com foco na qualidade do ensino e na promoção da aprendizagem significativa para todos os alunos.

As práticas de transição entre as etapas de ensino na educação básica

As práticas de transição entre as etapas de ensino na educação básica são estratégias e ações que visam facilitar a passagem dos alunos de um nível para outro, promovendo a continuidade do processo de aprendizagem e garantindo o sucesso na nova etapa (BRASIL, 2018a).

Essas práticas podem ser implementadas em diferentes momentos, como durante o ano letivo, através de atividades de acompanhamento, reuniões entre professores das diferentes etapas para discutir o desenvolvimento dos alunos, compartilhamento de informações sobre seus aprendizados e dificuldades, planejamento de atividades de apoio,

desenvolvimento de projetos integrados que envolvam alunos de diferentes etapas, promovendo a interação e o aprendizado colaborativo, visitas e atividades de familiarização, como visitas de alunos do último ano do ensino fundamental à escola de ensino médio para conhecerem o ambiente, professores e rotina.

Durante o período de transição, as práticas podem ser realizadas com oficinas e atividades de acolhimento, dias de acolhida com a organização de eventos específicos para receber os alunos, apresentar a escola e os professores, e auxiliar na adaptação à nova rotina, reuniões com pais e alunos e avaliações diagnósticas, permitindo identificar o nível de conhecimento dos alunos e suas necessidades específicas, para que o ensino seja adaptado a cada realidade (DISTRITO FEDERAL, 2023).

As práticas também podem ser implementadas ao longo da nova etapa, através de acompanhamento individualizado que ofereça suporte personalizado aos alunos que apresentam dificuldades de adaptação, grupos de apoio e comunicação aberta e constante.

De uma forma mais específica, as práticas de transição podem ser visitas guiada pela escola, incluindo bibliotecas, laboratórios, refeitório e outros espaços importantes, que ajuda os alunos a se familiarizar com o ambiente e a se sentirem mais seguros; oficinas de acolhimento, com a realização de oficinas com atividades lúdicas, jogos e dinâmicas que promovam a socialização e o desenvolvimento da autoestima dos alunos, auxiliando na adaptação à nova etapa; programa de mentoria, onde alunos mais experientes da nova etapa atuam como mentores para os alunos que estão ingressando, oferecendo apoio e orientação; diálogos entre professores para discutir o currículo, as expectativas e as necessidades dos alunos, garantindo a continuidade da aprendizagem; plataforma online de comunicação, onde os alunos, professores e pais podem compartilhar informações, materiais e dúvidas, promovendo a comunicação e o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos; e eventos culturais e artísticos, com atividades que incentivam a criatividade, o trabalho em equipe e a interação entre alunos de diferentes turmas e anos.

A implementação de práticas de transição eficazes é fundamental para garantir uma passagem suave e positiva entre as etapas de ensino, contribuindo para o sucesso dos alunos e para a construção de uma trajetória escolar mais proveitosa. Também são recomendáveis as práticas de comunicação e participação, como cartas de Boas-vindas, mensagens personalizadas para recepcionar os alunos na nova etapa, incentivando a participação e a integração, encontros com pais e professores, a criação de materiais informativos: panfletos, folders e materiais digitais com informações sobre a nova etapa,

os recursos, as expectativas e os contatos importantes e e-mails informativos, com comunicados periódicos aos pais e alunos sobre as atividades, eventos e informações relevantes da nova etapa.

A transição entre as etapas da educação básica e as diversas legislações

A transição entre as etapas da educação básica é um tema que permeia diversas legislações em âmbito municipal, estadual e federal. A nível federal, foi na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996), mais precisamente nos Artigos 21, que define as etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), suas características e objetivos, Artigo 24, que determina que os sistemas de ensino devem organizar a educação básica de forma articulada, promovendo a continuidade e a progressão do aprendizado e Artigo 29, que dispõe sobre a organização curricular e a progressão dos alunos, estabelecendo diretrizes para a transição entre as etapas, que temos os requisitos para a transição de etapas, tendo a Lei nº 13.415/2017, a Nova LDB (BRASIL, 2017), disposto o tema em seus artigos 28, que fortalece a importância da articulação entre as etapas da educação básica, com foco na progressão continuada e no desenvolvimento integral do aluno, e artigo 40, que reforça a necessidade de ações para o acompanhamento e o apoio aos alunos em transição entre as etapas.

O Decreto nº 9.394/2018 (BRASIL, 2018c), que regulamenta a LDB de 2017, também em seu Artigo 4º, determinou que os sistemas de ensino devem elaborar e implementar políticas para garantir a continuidade da aprendizagem e a progressão dos alunos entre as etapas e em seu artigo 13, Incentivou a criação de mecanismos para a avaliação do desempenho dos alunos na transição entre as etapas, com foco em identificar as necessidades e desenvolver ações de apoio. O MEC, por sua vez, editou a Portaria nº 1.412/2018, que definiu os critérios para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) (BRASIL, 2018b), que deve incluir ações para garantir a transição entre as etapas da educação básica, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definiu os direitos de aprendizagem e as habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa da educação básica, contribuindo para a organização do currículo e a articulação entre as etapas.

Em nível estadual, cada estado possui sua própria legislação educacional, que deve estar em conformidade com a LDB, e, além dos decretos e Portarias estaduais, que regulamentam e detalham as normas da LDB, estabelecendo diretrizes e orientações

específicas para a organização e o funcionamento da educação básica em cada estado, o Plano Estadual de Educação (PEE) também deve incluir ações para a transição entre as etapas da educação básica.

A nível municipal, o Plano Municipal de Educação (PME) também deve definir as metas e as ações para a melhoria da educação no município, incluindo ações para a transição entre as etapas da educação básica.

É fundamental que os gestores e profissionais da educação conheçam as legislações que regem a educação em seus respectivos níveis de atuação. As legislações devem ser interpretadas e aplicadas de forma contextualizada, levando em conta as características e necessidades específicas de cada local e de cada aluno. A análise e a aplicação dessas legislações em conjunto permitem que os profissionais da educação planejem e implementem ações eficazes para garantir a transição suave e exitosa dos alunos entre as etapas da educação básica.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), apresenta diversas metas que impactam diretamente a transição entre as etapas da educação básica, visando garantir a progressão dos alunos de forma articulada e eficiente. As principais metas relacionadas à transição entre etapas são:

Quadro 1 - Metas do PNE relacionadas a transição entre as etapas

| | |
|--------|--|
| Meta 4 | Alfabetização na idade certa: Assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 3º ano do ensino fundamental. Essa meta impacta diretamente a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, exigindo uma articulação entre as etapas para garantir que os alunos cheguem ao 1º ano com as bases necessárias para o desenvolvimento da alfabetização. |
| Meta 5 | Taxa de aprovação no ensino fundamental: Reduzir a taxa de abandono e reprovação no ensino fundamental, garantindo que os alunos avancem na escolarização de forma contínua e progressiva. Essa meta exige a implementação de políticas e ações para o acompanhamento e apoio aos alunos, especialmente na transição entre as etapas, com foco na identificação de dificuldades e na oferta de suporte pedagógico individualizado. |
| Meta 6 | Formação de professores: Ampliar e qualificar a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, com foco em atender as necessidades específicas de cada etapa, incluindo a transição entre elas. Essa meta é fundamental para que os professores estejam preparados para acompanhar os alunos nesse processo, utilizando metodologias e recursos adequados para garantir a aprendizagem. |
| Meta 7 | Taxa de escolarização: Elevar a taxa de escolarização na educação básica e ampliar a oferta de educação profissional. Essa meta impacta a transição entre o ensino fundamental e o ensino médio, garantindo |

| | |
|---------|---|
| | que os alunos tenham acesso à educação de qualidade e possam optar por diferentes caminhos após o ensino fundamental. |
| Meta 8 | Formação continuada de professores: Oferecer formação continuada aos professores de forma sistemática, com foco em aprimorar suas práticas pedagógicas e adaptar o ensino às necessidades dos alunos em cada etapa da educação básica. Essa meta é crucial para que os professores estejam preparados para lidar com as diferenças entre os alunos e as necessidades específicas da transição entre as etapas. |
| Meta 9 | Avaliação da aprendizagem: Implementar instrumentos e mecanismos de avaliação da aprendizagem que possibilitem o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos em cada etapa da educação básica, identificando dificuldades e orientando as ações pedagógicas. Essa meta permite a identificação de pontos críticos na transição entre as etapas, orientando as ações de apoio e prevenindo o abandono escolar. |
| Meta 10 | Formação de professores: Ampliar a oferta de formação inicial e continuada aos professores da educação básica, com foco em atender as necessidades específicas de cada etapa e garantir a qualidade da educação. Essa meta contribui para a qualificação dos professores para acompanhar os alunos na transição entre as etapas, oferecendo suporte pedagógico e orientando-os para a escolha do melhor caminho a seguir. |
| Meta 12 | Alfabetização de jovens e adultos: Erradicar o analfabetismo funcional e garantir que todos os jovens e adultos tenham acesso à educação básica. Essa meta exige que a transição entre as etapas seja flexível e adaptada às necessidades dos alunos que retornam à escola após algum tempo fora. |
| Meta 17 | Formação de professores: Incentivar a formação de professores em nível superior e garantindo a qualificação profissional de forma contínua. Essa meta é crucial para que os professores estejam preparados para lidar com as demandas específicas da transição entre as etapas, adaptando suas práticas e oferecendo suporte pedagógico adequado. |
| Meta 20 | Ensino profissional técnico: Ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, com foco na integração entre a educação básica e o ensino profissionalizante, facilitando a transição entre as etapas e garantindo a formação para o mercado de trabalho. |

Fonte: adaptado de Brasil, 2014.

As metas do PNE, portanto, deixam claro a necessidade de uma organização articulada da educação básica, com foco na progressão do aluno e na garantia de uma transição suave entre as etapas, garantindo a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral do aluno.

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 7/2010 (BRASIL, 2010), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, trata da transição entre o ensino fundamental e o médio de forma indireta, mas oferece importantes orientações que contribuem para a organização do processo, garantindo a progressão dos alunos e a

continuidade da aprendizagem. As principais orientações da Resolução que se aplicam à transição entre o ensino fundamental e o médio são a articulação curricular, onde a resolução destaca a importância da organização curricular do ensino fundamental de forma articulada, visando garantir a progressão continuada do aluno e a continuidade da aprendizagem, levando em consideração a construção de conhecimentos, habilidades e valores de forma progressiva, preparando o aluno para o ensino médio e para os desafios da vida social e profissional, o desenvolvimento integral do aluno, considerando seus aspectos físicos, intelectuais, sociais, emocionais e culturais, e o processo de transição para o ensino médio deve levar em consideração esse desenvolvimento integral, assegurando que o aluno esteja preparado para os novos desafios da próxima etapa, a avaliação da aprendizagem, onde a resolução defende a importância de uma avaliação da aprendizagem processual e contínua, que permita acompanhar o desenvolvimento do aluno e identificar as dificuldades de aprendizagem, inclusive na transição entre as etapas, sendo a avaliação utilizada como instrumento para orientar o trabalho pedagógico, ajustando as atividades e oferecendo o apoio necessário para que o aluno supere as dificuldades e avance na sua formação.

A Resolução também incentiva o trabalho em rede, entre os sistemas de ensino e as escolas, para que o processo de transição seja planejado e implementado de forma coordenada, além da articulação entre os professores do ensino fundamental e do ensino médio, o que é fundamental para garantir a continuidade da aprendizagem e o acompanhamento do aluno nesta fase de transição. Além disso, a resolução destaca a importância de o currículo do ensino fundamental levar em consideração a realidade local e as demandas sociais e culturais da comunidade, e o processo de transição para o ensino médio deve considerar essa realidade local, facilitando a integração do aluno em um novo ambiente escolar e social, além do protagonismo do aluno, permitindo que ele participe da escolha do próprio caminho e da construção de seu futuro (BRASIL, 2010).

Por último, a Resolução também enfatiza a importância da formação de professores qualificados e capacitados para atuar no ensino fundamental, incluindo a preparação para orientar o processo de transição para o ensino médio. Embora não haja um capítulo específico na Resolução 7/2010 dedicado à transição entre o ensino fundamental e médio, as diretrizes gerais da resolução fornecem um marco importante para que essa passagem seja planejada e implementada de forma eficiente, garantindo a continuidade da aprendizagem e o sucesso dos alunos nessa nova etapa.

Exemplos e estratégias para a transição entre o ensino fundamental e o médio em diversas regiões do país

Em diversas regiões do país, podemos encontrar alguns exemplos de estratégias para a transição entre o ensino fundamental e o médio, como:

- O Programa "Acolhida e Integração" na Bahia, que realiza visitas guiadas à escola de ensino médio, oficinas de integração com atividades lúdicas, dinâmicas em grupo e apresentações de diferentes áreas de conhecimento, além de palestras com alunos veteranos, com o objetivo de Facilitar a adaptação dos alunos, promover a socialização e apresentar as oportunidades da nova etapa;
- O "Projeto de Vida", no Ceará (CEARÁ, 2024), que oferece orientação vocacional e profissional, com acompanhamento de psicopedagogos e profissionais de diferentes áreas para ajudar os alunos a definir seus projetos de futuro, visando incentivar a autonomia e a reflexão sobre as escolhas profissionais, preparando-os para o ensino médio e para o mercado de trabalho;
- As "Trilhas do Conhecimento", no Amazonas, que promove atividades que integram os conteúdos curriculares do ensino fundamental com os do ensino médio, abordando temas relevantes para a região amazônica, como sustentabilidade, biodiversidade e cultura indígena, criando um vínculo entre as etapas e demonstrando como os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental são fundamentais para o ensino médio e para a vida em sociedade;
- O "Programa de Mentoria", no Pará, onde alunos do ensino médio atuam como mentores para os alunos ingressantes no ensino médio, oferecendo apoio, orientação e acompanhamento durante o primeiro semestre, facilitar a adaptação à nova rotina escolar e social, reduzindo a ansiedade e o medo do novo;
- O "Dia de Integração", em São Paulo, realizado no início do ano letivo, com atividades de acolhimento e integração, apresentação da equipe pedagógica, da estrutura escolar e das atividades extracurriculares;
- O "Programa de Transição", no Rio de Janeiro, que oferece um curso de preparação para o ensino médio, abordando temas como organização do tempo, gestão de aprendizagem e a importância do autoconhecimento;
- O "Programa de Intercâmbio", no Rio Grande do Sul, promove a troca de experiências entre alunos do ensino fundamental e do ensino médio, com atividades lúdicas e pedagógicas que visam facilitar a integração e a compreensão das diferenças entre as etapas.

Carência na quantidade de leis que relatam as transições educacionais

A carência de leis específicas que detalham as transições educacionais é um ponto importante a ser considerado, pois, embora existam leis como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o PNE (Plano Nacional de Educação) que tratam de forma geral da organização e da articulação entre as etapas da educação básica, a falta de legislação específica para as transições pode gerar algumas dificuldades.

As leis gerais, como a LDB e o PNE, abordam a transição entre as etapas de forma ampla, sem detalhar os procedimentos, as responsabilidades e as estratégias a serem implementadas. Essa falta de detalhamento pode dificultar a implementação de ações eficazes para garantir uma transição suave e positiva para os alunos. Também gera dificuldade de fiscalização. Sem leis claras que definam os critérios e os parâmetros a serem seguidos, a avaliação do processo de transição se torna mais complexa e subjetiva, levando a desigualdades na implementação das ações de transição entre as etapas nas diferentes regiões e escolas do país, vez que a interpretação das leis gerais pode variar de acordo com a realidade local e a formação dos profissionais envolvidos, o que pode resultar em ações desiguais e com qualidade variável.

Também é necessário que haja um incentivo à inovação, e a ausência de leis específicas que tratem sobre as políticas de transição podem inibir a criação de novas estratégias e práticas para a transição entre as etapas da educação básica. Sem um marco legal que defina os parâmetros e as diretrizes a serem seguidos, as escolas e os profissionais podem se sentir menos seguros para experimentar novas abordagens e soluções para a transição.

É importante destacar, no entanto, que a legislação educacional brasileira vem se modernizando e se adaptando às necessidades da sociedade. A Lei nº 13.415/2017 (Nova LDB) e o PNE 2024-2034 trazem avanços importantes em relação à transição entre as etapas da educação básica, com foco na continuidade da aprendizagem e na qualidade do ensino.

No entanto, a criação de leis específicas que detalhem as normas, os procedimentos e as estratégias para a transição entre o ensino fundamental e o médio seria um passo fundamental para garantir a efetividade desse processo e contribuir para a qualidade da educação no país.

Essa legislação específica poderia abordar temas como critérios para a transição, definindo os critérios e os parâmetros para a avaliação dos alunos e a transição entre as

etapas; procedimentos e responsabilidades de cada ator envolvido no processo de transição; recursos e apoio, garantindo a disponibilidade de recursos e de apoio para as escolas e os profissionais que atuam na transição; Monitoramento e avaliação, definir os mecanismos para o monitoramento e a avaliação do processo de transição, com o objetivo de identificar as dificuldades e os pontos a serem aprimorados.

A implementação de leis específicas que abordam a transição entre as etapas da educação básica com maior detalhamento seria um avanço significativo para garantir a qualidade do ensino e o sucesso dos alunos nessa fase importante da sua formação.

Falta de conhecimento por parte dos gestores escolares sobre as políticas públicas de transição entre as etapas da educação básica

Como consequência direta ou não da falta de implementação de leis específicas que abordem a transição entre as etapas da educação básica, é comum haver uma falta de conhecimento por parte dos gestores escolares sobre as políticas públicas de transição entre as etapas da educação básica, especialmente sobre as nuances e as melhores práticas para implementar tais políticas.

Essa lacuna pode ser atribuída a vários fatores, como a falta de capacitação e formação continuada, a dificuldade de acesso à informação, a falta de tempo e recursos, a falta de incentivo e apoio, e a priorização de outros temas.

Muitos gestores escolares não recebem treinamento específico sobre as políticas de transição, sejam elas federais, estaduais ou municipais. A falta de capacitação limita o conhecimento sobre as normas, as diretrizes e as melhores práticas para implementar as políticas de transição de forma eficaz. As informações sobre as políticas de transição podem estar dispersas em diferentes documentos, portarias, decretos e resoluções, dificultando o acesso dos gestores a um panorama completo e atualizado.

A falta de sistemas de informação centralizados e de ferramentas digitais que agilizem o acesso às informações também contribui para a carência de conhecimento. A rotina dos gestores escolares é bastante intensa, com muitas demandas e responsabilidades. A falta de tempo e de recursos para se dedicar ao estudo e à compreensão das políticas de transição pode ser um obstáculo significativo. Em muitas escolas, a atenção dos gestores é direcionada para aspectos mais imediatos, como a organização da rotina escolar, o controle de presença, o atendimento aos pais e as questões

burocráticas. A transição entre as etapas pode ser vista como um tema menos urgente e com menor prioridade em relação a outras demandas.

Em alguns casos, a falta de incentivo e de apoio por parte das secretarias de educação e dos órgãos superiores pode contribuir para a desmotivação dos gestores em relação à implementação das políticas de transição. A falta de orientação e de recursos para o desenvolvimento de ações e estratégias eficazes também pode afetar o interesse dos gestores em aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Essa falta de conhecimento, gerada por esses fatores diversos, traz consequências, como a dificuldade na implementação de ações eficazes para garantir uma transição suave e positiva para os alunos, a falta de articulação entre as etapas da educação básica, com riscos de descontinuidade na aprendizagem, a perda de oportunidades de oferecer um ensino de qualidade e de preparar os alunos para os desafios do futuro e o desperdício de recursos públicos e de oportunidades de investimento em ações que promovam a qualidade da educação.

É fundamental que os gestores escolares tenham acesso a informações atualizadas e completas sobre as políticas de transição, e que recebam capacitação adequada para implementar essas políticas de forma eficaz e eficiente.

A criação de programas de formação continuada para gestores escolares, com foco nas políticas de transição entre as etapas, é essencial para superar essa lacuna de conhecimento e para garantir que os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade em todas as etapas da educação básica.

Políticas de transição educacional entre as etapas da educação básica precisam se tornar evidentes nas discussões legislativas

Desta forma, podemos concluir que as políticas de transição educacional entre as etapas da educação básica precisam se tornar evidentes nas discussões legislativas para que os processos de ensino e aprendizagem sejam efetivados nos estudantes.

A falta de clareza e de foco em políticas específicas para a transição entre as etapas da educação básica é um obstáculo a ser superado para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos. Essa necessidade se justifica pela obrigação estatal de garantir a continuidade da aprendizagem, vez que a transição entre as etapas da educação básica é um momento crítico para o desenvolvimento do aluno e políticas bem definidas garantem que a aprendizagem seja contínua e que o aluno não perca o ritmo de

desenvolvimento, evitando a perda de conhecimento e o desinteresse pela escola, além de possibilitar a melhoria da qualidade do ensino com políticas específicas para a transição, permitindo a criação de ações e estratégias que atendam às necessidades específicas dos alunos nessa fase.

Existe ainda a necessidade de reduzir o abandono escolar, pois a transição entre as etapas pode ser um momento de vulnerabilidade para alguns alunos, que podem se sentir perdidos ou desmotivados (DISTRITO FEDERAL, 2024), promover a Equidade, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de progressão na escolarização e de fortalecer a articulação entre as etapas, uma vez que a transição entre as etapas da educação básica não pode ser vista como um processo isolado, mas sim como uma continuidade do processo de aprendizagem.

As políticas de transição educacional podem também melhorar a eficácia da gestão escolar (DISTRITO FEDERAL, 2024; KROMINSKI e FONSECA, 2023), pois políticas claras e eficazes para a transição entre as etapas facilitam o trabalho dos gestores escolares e permitem que eles se concentrem em ações que realmente impactam o processo de ensino e aprendizagem.

Desta forma, para que as políticas de transição educacional se tornem evidentes nas discussões legislativas, é fundamental que os gestores e educadores se mobilizem para defender a importância de políticas específicas para a transição entre as etapas da educação básica, e que pesquisadores e especialistas contribuam, apresentando dados, evidências e propostas que fundamentam a criação de políticas eficazes, além do engajamento da sociedade civil nas discussões legislativas.

A transição entre as etapas da educação básica é um momento crucial para o desenvolvimento do aluno e para o sucesso escolar. A criação de políticas específicas que garantam a continuidade da aprendizagem, a qualidade do ensino e a equidade na educação é essencial para construir um sistema educacional mais justo e eficiente.

A pressão legislativa e a mobilização da sociedade são fundamentais para que a transição entre as etapas da educação básica seja priorizada nas discussões políticas e para que as políticas nesse sentido sejam implementadas de forma eficaz e eficiente.

**UMA PONTE PARA O FUTURO: ANALISANDO O PLANO DE APOIO ÀS
TRANSIÇÕES DA EDUCAÇÃO EM BELO MONTE**

Atravessar as pontes que interligam as diferentes fases da educação básica, da entrada na educação infantil à escalada para o ensino fundamental II e, posteriormente, ao desafio do ensino médio, configura-se como um momento crucial na trajetória educacional de cada indivíduo. Consciente da relevância dessas travessias, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Monte apresentou um plano abrangente de apoio a essas transições. Mais do que um conjunto de diretrizes, o plano revela-se como um compromisso com o presente e o futuro dos estudantes, visando não apenas a progressão acadêmica, mas também o desenvolvimento integral de cada um.

A força do plano reside, inicialmente, em sua abordagem proativa e estratégica, fundamentada na coleta e análise de dados. As avaliações diagnósticas, aplicadas com o objetivo de mapear o perfil individual de cada aluno, transcendem a mera mensuração de aprendizado. Elas abarcam desde o nível de alfabetização e o domínio cognitivo em diferentes áreas do conhecimento até aspectos socioemocionais, como autoestima, habilidades sociais e capacidade de lidar com desafios. Munidos desse mapeamento detalhado, os educadores podem, então, traçar estratégias personalizadas, utilizando o arsenal de ferramentas pedagógicas como o nivelamento de habilidades e o acompanhamento individualizado para suprir lacunas e potencializar talentos.

Essa individualização, contudo, não caminha sozinha. O plano reconhece a importância de fortalecer o tecido da comunidade escolar como um todo, criando um ambiente acolhedor e estimulante, onde cada indivíduo se sinta pertencente e valorizado. Palestras e atividades sobre competências socioemocionais, direcionadas a alunos, pais e educadores, transcendem o discurso, promovendo a vivência prática da empatia, da comunicação assertiva e da inteligência emocional. Simultaneamente, a comunicação constante entre professores dos diferentes níveis de ensino atua como um poderoso elo, garantindo a fluidez da jornada educacional. O acompanhamento individualizado dos alunos em transição, o compartilhamento de informações relevantes sobre seu histórico escolar e a construção conjunta de estratégias pedagógicas minimizam o impacto das mudanças, transformando a passagem para uma nova etapa em um processo acolhedor e encorajador.

Consciente de que a família é o alicerce da educação, o plano dedica especial atenção à sua participação nesse processo. As reuniões com pais transcendem o caráter meramente informativo, transformando-se em espaços de diálogo aberto e troca de experiências. Mais do que apresentar a dinâmica escolar, busca-se ouvir as expectativas e angústias das famílias, construindo uma relação de confiança mútua. A participação

ativa dos pais é incentivada não apenas na rotina escolar, mas também na construção de soluções conjuntas para os desafios que surgem ao longo do caminho.

É crucial destacar, porém, que a elaboração deste plano, por mais minuciosa e bem-intencionada que seja, representa apenas o ponto de partida de uma longa jornada. Sua real efetividade reside na implementação constante, no acompanhamento contínuo dos resultados e na capacidade de adaptação às demandas e aos desafios que inevitavelmente surgirão. A formação continuada dos educadores, a avaliação periódica das estratégias implementadas e a busca constante por soluções inovadoras são os pilares que sustentam a perenidade e o sucesso do plano.

Em conclusão, o plano de apoio às transições da educação em Belo Monte transcende o papel de um mero documento. Ele se configura como um farol que ilumina a trajetória educacional de cada aluno, um guia para a construção de um futuro mais promissor. Ao reconhecer a individualidade de cada estudante, valorizar o papel da família e fortalecer o trabalho colaborativo entre os educadores, o plano tece uma rede de apoio que acolhe, encoraja e impulsiona cada aluno rumo à realização de seu potencial máximo. Mais do que preparar para as transições, o plano convida a construir pontes para um futuro onde a educação seja a base para uma sociedade mais justa, humana e próspera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa destacam a necessidade de uma maior articulação entre as políticas de transição educacional nas diversas esferas de governo. Embora haja práticas exemplares em algumas regiões, como as identificadas na rede municipal de Alagoas, a ausência de diretrizes específicas em grande parte das legislações estaduais e municipais impede que essas experiências sejam replicadas ou aprimoradas em escala nacional. A carência de formação específica para os gestores e professores sobre como conduzir essas transições é outro obstáculo que deve ser superado, uma vez que eles são os principais agentes na implementação das políticas públicas nas escolas.

Além disso, o desconhecimento sobre as políticas públicas de transição educacional contribui para a perpetuação de práticas desarticuladas, que dificultam a continuidade do aprendizado entre as etapas de ensino. A pesquisa sugere que é imprescindível que os gestores escolares, em especial, sejam capacitados para entender e aplicar as diretrizes da LDB, BNCC e outros documentos normativos de maneira

contextualizada, respeitando as realidades locais, mas sem perder de vista as metas e objetivos nacionais de melhoria na qualidade da educação básica.

Portanto, para que o futuro educacional dos alunos seja verdadeiramente transformador, é essencial que as transições entre os níveis de ensino sejam tratadas como uma prioridade nas discussões políticas e legislativas. A criação de políticas públicas mais robustas e claras, aliada ao suporte contínuo para educadores e gestores, é um caminho promissor para fortalecer essas transições e garantir que os estudantes brasileiros tenham uma trajetória educacional contínua, produtiva e bem-sucedida, desde o ensino infantil até o ensino médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.412, de 10 de agosto de 2018. **Define os critérios para a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 ago. 2018b.

BRASIL. Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018. **Regulamenta a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 maio 2018c.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Projeto de Vida**. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/projeto-de-vida/>. Acesso em: 20 out. 2024.



DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Transição Escolar: trajetórias na educação básica no Distrito Federal.** Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

KROMINSKI, Vanessa de Jesus; FONSECA, Debora Cristina. Transição escolar: desafios do acesso e permanência na educação para a juventude do Distrito Federal. **Revista Educação em Contexto**, v. 2, n. 2, 2023. ISSN 2764-8982. Recebido em: 03 abr. 2023. Aprovado em: 10 jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10200852>.

PARASURAMAN, A. **Marketing research.** 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.